

5 Relações Económicas com o Resto do Mundo

Objetivos:

- » Perceber a existência de comércio internacional como consequência da divisão internacional do trabalho.
- » Distinguir comércio interno de comércio internacional.
- » Diferenciar exportação de importação.
- » Relacionar o tipo de bens importados e exportados com o desenvolvimento económico de um país.
- » Justificar a necessidade sentida pelos Estados de contabilizar os fluxos monetários resultantes do comércio internacional.
- » Relacionar o valor do comércio externo de um país com o seu grau de abertura ao exterior.
- » Relacionar a taxa de cobertura de um país com o saldo da Balança Comercial.
- » Interpretar a natureza do saldo da Balança de Transações Correntes.
- » Explicar a existência de operações de capital entre um país e o Resto do Mundo e interpreta uma Balança de Pagamentos.

5.1 A Necessidade e a Diversidade de Relações Económicas Internacionais

Nem sempre um país produz ou consegue produzir em quantidades suficientes todos os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades dos seus habitantes, e por isso necessitamos do comércio.

Nos dias que correm a quase totalidade dos países são economias abertas, ou seja, países que estabelecem relações entre si, entre Estados, entre empresas ou entre indivíduos. Os Estados podem estabelecer relações políticas, culturais, sociais e económicas; as empresas importam e exportam produtos, abrem filiais ou criam novas empresas no estrangeiro; os indivíduos saem do país de origem para viajar ou para trabalhar; e assim entre si, na generalidade, os países trocam produtos, serviços e capitais. É esta teia de relações estabelecidas entre países que forma as relações internacionais.

Podemos definir o comércio como a atividade de compra e venda disponibilizando ao consumidor os bens e serviços que estes necessitam. Podemos ainda distinguir: Comércio interno, se os agentes económicos intervenientes pertencem ao mesmo país, de Comércio externo, quando os agentes económicos intervenientes são de países diferentes.

O facto de ser possível trocar mercadorias, serviços (como o turismo) e capitais (investir no estrangeiro ou receber, e enviar, remessas de imigrantes) que não são originais de Timor mostra que conseguimos estabelecer relações com o Resto do Mundo. Na realidade, nem sempre conseguimos chegar ao mercado e comprar o bem que precisamos com uma etiqueta a dizer «Fabricado em Timor». Isto acontece pois a produção nacional pode ser insuficiente para satisfazer o consumo interno, ou porque o nosso país nem sequer produz ou até mesmo porque os produtos vindos do estrangeiro são mais baratos ou de melhor qualidade.

Na verdade os recursos naturais, humanos e tecnológicos estão distribuídos pelo planeta de forma desigual. Daí que cada país apresente um conjunto de características e potencialidades próprias que os levam à especialização em determinadas atividades produtivas. Resultante desta especialização, surgiram as trocas internacionais que se têm vindo a desenvolver fortemente por causa da globalização e da aposta no comércio livre (sem restrições e sem fronteiras).

Pode-se afirmar que o comércio internacional está na base do desenvolvimento económico do mundo moderno, por permitir uma melhor utilização dos recursos mundiais. Seguindo a lógica do comércio internacional os países acabam por se especializar na produção dos bens e serviços para os quais têm mais vocação (derivadas das condições naturais de cada nação, da riqueza dos seus recursos, da sua situação geográfica ou até mesmo da capacidade de obter custos de produção inferiores aos dos outros produtores ou produtos de qualidade superior), permitindo a ocorrência da divisão internacional do trabalho (DIT).

Articulada com esta divisão internacional do trabalho está a noção de vantagem comparativa em que um país se deve especializar na produção do bem ou serviço que detenha em grandes quantidades. Por exemplo, um país que tenha muito petróleo terá vantagens se exportar petróleo, mas um país com muita mão-de-obra poderá especializar-se em bens e serviços que requeiram muita mão-de-obra para a sua produção.

Como consequência da DIT a produção mundial acaba por ser dividida, verificando-se que são os países mais desenvolvidos que acabam por exportar bens tecnologicamente mais exigentes e mais caros. Os países mais atrasados produzem os bens menos sofisticados tecnologicamente por serem produzidos à base de recursos naturais e de trabalho. Logo, a DIT origina desigualdades nas trocas, pois são os países mais industrializados que saem beneficiados por ganharem mais nas trocas, originando assim desigualdades nas mesmas. Cabe à Organização Mundial do Comércio (OMC) rever as regras do comércio mundial no sentido de tentar beneficiar todos os seus intervenientes.

Ao analisarmos o comércio internacional de um país, por mais industrializado e rico que o mesmo seja, podemos retirar duas conclusões importantes: todos os países importam e exportam grandes quantidades de bens e serviços, podendo em alguns casos mesmo que o país seja especializado numa dada produção, verificarem-se importações desses mesmos produtos. Um bom exemplo disso é os Estados Unidos que apesar de ser um grande produtor de automóveis também importa marcas Japonesas e Europeias.

Logo, as possibilidades de consumo dos residentes de um país são alargadas pela existência de comércio internacional, facilitando o acesso a bens e serviços que não seria possível se o país vivesse numa situação de autossuficiência. Em plena época de globalização não é possível vermos um país sobreviver de forma isolada.

Para além das trocas comerciais de mercadorias também se assiste a fortes movimentações entre pessoas, quer por questões de lazer, quer por questões laborais (viagens de negócios ou emigração/imigração – emigração consiste no deslocamento temporário ou definitivo de pessoas do nosso país para um país estrangeiro. Quando os estrangeiros decidem temporária ou definitivamente vir trabalhar para o nosso país aí temos a imigração).

Para o aumento das migrações de negócios e lazer em muito contribui a globalização e a circulação de informação, sendo que a internacionalização dos negócios possui evidentes consequências a nível dos movimentos de agentes económicos. Estas movimentações originam relações económicas entre países, quer ao nível da troca

de serviços, quer gerando novos fluxos de rendimentos, dos quais um dos mais significativos é constituído pelas remessas dos emigrantes.

Podemos então dizer que a inserção das economias no comércio mundial é legitimada pelo facto de os consumidores terem um acesso superior a bens, tal como acaba por promover o desenvolvimento dos países já que uma maior procura de bens e serviços por parte do estrangeiro, aumenta a produção, o rendimento e o bem-estar da população em geral. Em jeito de síntese podemos concluir que os fatores que justificam o comércio ou as relações económicas internacionais entre povos são:

- As **vantagens absolutas e comparativas**, pois um país deve-se especializar na produção de bens para os quais possui uma vantagem, trocando-os posteriormente por outros cuja produção não é tão fácil.
- A **Divisão Internacional do Trabalho (DIT)**, onde os países se devem especializar na produção de bens e serviços para os quais possuem vantagens absolutas ou relativas. Neste caso, verifica-se que os países mais desenvolvidos produzem bens tecnologicamente mais exigentes (com base em capital) e os menos desenvolvidos produzem bens menos elaborados (à base de mão-de-obra). As trocas internacionais são justificadas por esta complementaridade entre países.
- A **estratégia de crescimento económico**, pois se cada país produz de acordo com as vantagens que possui, aumenta a produção, o rendimento e o bem-estar, sendo assim o comércio uma estratégia.
- A **globalização**, uma vez que a expansão das relações económicas entre países justifica-se pelo desenvolvimento das comunicações, o que é incompatível com o isolamento comercial.



Tarefa 14:

1. Identifica o contributo do comércio internacional para o desenvolvimento económico.
2. Que razões são apontadas para a justificação das relações económicas internacionais?

5.2 O Registo das Relações Económicas com o Resto do Mundo – A Balança de Pagamentos

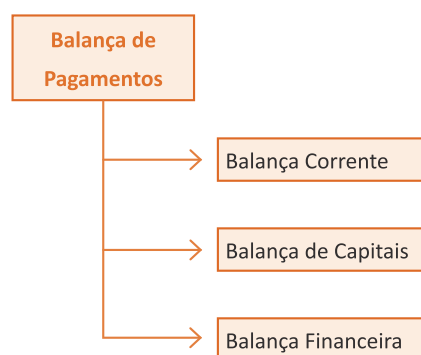
No dia-a-dia, todas as operações respeitantes a bens, serviços e capitais, realizadas entre empresas, ou indivíduos, e o Resto do Mundo têm de ser registadas em documentos próprios. A globalização ainda torna mais evidente esta necessidade de registo pois ao fazê-lo conseguimos controlar e avaliar a situação corrente e permite a definição de políticas mais ajustadas à economia e ao comércio se tal for necessário.

O Banco Central dos países regista os fluxos comerciais, monetários e financeiros que decorrem das relações económicas entre o seu país e o Resto do Mundo num documento estatístico e contabilístico anual designado por Balança de Pagamentos. Logo, a Balança de Pagamentos dá-nos informações sobre a situação económica de um país em relação ao Resto do Mundo, quanto à troca de bens, serviços e capitais, sendo composta por quatro rubricas: a Balança Corrente, a Balança de Capital, a Balança Financeira e Erros e Omissões. Nesta última e quarta rubrica registam-se os acertos decorrentes de omissões e erros que podem ocorrer no registo dos fluxos nas três primeiras balanças, dada a dimensão dos fluxos envolvidos nas transacções.

Balança de Pagamentos, 2007 - 2010				
Em percentagem do PIB não petrolífero				
	2007	2008	2009 Est.	2010 Proj.
Balança Corrente	258.6	357.0	214.1	159.8
(excl. Assistência Internacional)	196.9	294.3	149.7	115.2
Balança Comercial	-36.9	-60.1	-45.8	-64.6
Exportações	1.6	2.3	1.4	1.8
Importações	38.6	62.3	47.2	66.4
Serviços (líq.)	-57.8	-72.0	-73.0	-54.5
Rendimentos (líq.)	292.3	427.0	268.4	234.1
dos quais: Rend. Petrolíferos	288.1	424.2	265.1	231.3
Tranferências correntes (líq.)	61.0	62.1	64.4	44.8
Balança de Capital e Financeira	-226.2	-360.5	-206.3	-169.5
Bal. de capital e financeira "ajustada"(a)	-4.0	-6.4	-39.5	-8.1
Balança global	32.5	-3.5	7.8	-9.8
Balança global "ajustada"(a)	254.7	350.7	174.6	151.7

Tabela 3 – Balança de Pagamentos (2007-2010), Timor-Leste. Fonte: ABP e FMI. Notas: (a) As balança de capital e global ajustadas excluem os fluxos de capital associados às aplicações do Fundo de Petróleo.

O registo de todas as trocas é efetuado, consoante o caso, na coluna de débitos (pagamentos) ou de créditos (recebimentos). Na Balança de Pagamentos apenas se registam os fluxos monetários ou financeiros, não os fluxos reais. Assim, a uma entrada de divisas resultantes de uma venda ao Resto do Mundo, ou exportação, corresponde uma entrada de divisas que é um crédito, sendo, por isso, registada na coluna dos créditos, e assim sucessivamente. O saldo final de qualquer das balanças componentes resultará da subtração dos débitos aos créditos.



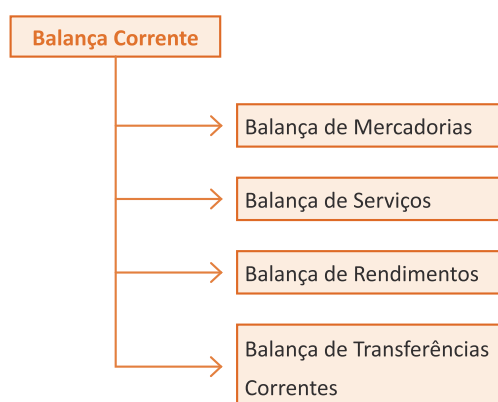
Para além desse primeiro registo, há que ter em consideração que, tratando-se de um quadro contabilístico, há regras próprias a respeitar, seguindo-se o princípio das partidas dobradas (duplo registo com sinais opostos), o que significa que a Balança de Pagamentos (BP) se encontra sempre equilibrada, ou seja, o saldo global desta é sempre zero. Mas o que realmente importa, do ponto de vista económico, são os saldos das balanças suas componentes, pois são os saldos das suas rubricas ou parcelas que nos dão informação fundamental para a análise do equilíbrio externo de uma economia.

Balança Corrente

A Balança Corrente (BC) é uma das mais importantes rubricas da Balança de Pagamentos (BP) pelas informações que proporciona sobre o estado da economia de um país. A Balança Corrente divide-se em quatro outras balanças: a Balança de Mercadorias, a Balança de Serviços, a Balança de Rendimentos e a Balança de Transferências Correntes. O saldo da Balança Corrente vai incluir o saldo destas 4 balanças.

Deste modo, a Balança Corrente inclui os fluxos monetários relativos às trocas de mercadorias (como as máquinas) e serviços (como o turismo), os rendimentos do trabalho (como sejam os salários pagos a um residente timorense no estrangeiro) e de investimento (como os lucros reinvestidos e dividendos) e as transferências correntes (ou unilaterais, isto é, todas as remessas dos emigrantes e dos imigrantes - valores correspondentes a mudanças de propriedade sem contrapartidas devidas a operações correntes).

O esquema seguinte procura evidenciar as componentes (balanças) principais da Balança Corrente.



1) Balança de Mercadorias

Aqui são registados os fluxos monetários resultantes das trocas de mercadorias do país com o exterior e na rubrica Mercadorias registam-se os fluxos monetários correspondentes às exportações e importações de mercadorias. A uma exportação (saída) de um bem, corresponde uma entrada de divisas (ou moeda) que se registam a crédito. Deste modo, exportações de bens serão sempre créditos, e, ao contrário, importações de bens serão sempre débitos, pois em termos monetários correspondem a uma saída de moeda do nosso país.

Sendo o valor das importações menor ao das exportações de um país, o saldo da Balança de Mercadorias é favorável ao mesmo pois isso corresponde a uma entrada de divisas no país, significando que a balança tem um superavit. Mas se ocorrer o oposto (valor das exportações < valor das importações), o saldo da Balança de Mercadorias é desfavorável ao país (saída de divisas para o exterior) que neste caso corresponderia a um deficit. Se as importações igualarem as exportações então o saldo da Balança Comercial será nulo. Logo,

$$\text{Saldo} = \text{Crédito (C)} - \text{Débito (D)}$$

A importância da Balança de Mercadorias para analisar a situação económica de um país não se esgota no cálculo do seu saldo. Podemos retirar daqui outros instrumentos que se designam por indicadores do comércio externo dos quais se evidenciam a taxa de cobertura, o grau de abertura ao exterior e a estrutura das importações e das exportações.

1.1) Taxa de Cobertura

A taxa de cobertura permite calcular em percentagem o montante de importações que podemos considerar como pago com o valor das nossas exportações. É assim um indicador do comércio externo, calculando-se por:

$$\text{Taxa de Cobertura} = \frac{\text{Valor das Exportações}}{\text{Valor das Importações}} \times 100$$

Podemos encontrar uma relação entre este indicador e o saldo da Balança de Mercadorias pois quanto maior for a taxa de cobertura, menor será o saldo deficitário da Balança de Mercadorias do país em causa. Se a taxa de cobertura ultrapassar os 100%, todas as importações seriam pagas pelas exportações e ainda sobriam divisas ao país. Por exemplo, se a taxa de cobertura em 2009 igualar 56,10%, este valor significa que em 2009 o valor das nossas exportações cobriu apenas 56,10% do valor das nossas importações.

1.2) Grau de Abertura ao Exterior

O peso do comércio externo ou o grau de abertura ao exterior também possibilita a análise da importância do comércio externo (valor das exportações mais o valor das importações), pois permite verificar o peso do comércio externo relativamente ao valor da produção realizada no país. É calculado como:

$$\text{Grau de Abertura ao Exterior} = \frac{\text{Valor das Exportações} + \text{Valor das Importações}}{\text{PIBpm}} \times 100$$

1.3) Estrutura das importações e exportações

Ao analisar a estrutura das exportações e das importações de um país estamos a verificar o tipo de bens sujeitos a importação e exportação. Se um país importa essencialmente bens de elevada transformação industrial e exporta bens com fraca ou inexistente transformação (essencialmente bens agrícolas) estamos perante um país pouco desenvolvido.

Se acontece o oposto, sendo as exportações constituídas por bens industriais de elevado valor acrescentado, resultado do uso de tecnologias mais avançadas, sendo as importações compostas por bens do setor primário, significa que o país se encontra num estado de desenvolvimento elevado.

1.4) Operações de câmbio

As moedas divergem de país para país e torna-se necessário perceber como funcionam os pagamentos internacionais correspondentes às trocas de mercadorias e serviços. Mas dada a existência destes pagamentos entre países, precisamos de definir divisas e câmbios.

Normalmente, as trocas de mercadorias entre países de moedas diferentes são pagas através do recurso às divisas, ou seja, moedas com aceitação internacional como o euro e o dólar. Mas para que um país consiga efetuar pagamentos com uma qualquer divisa, este tem que poder trocar a sua moeda nacional por outra, ou seja, vamos ter de cambiar moeda. Esta questão prende-se com o facto de nem todas as moedas nacionais serem aceites nas trocas internacionais, por estarem sujeitas a flutuações frequentes ou a instabilidade das respetivas economias. Existem divisas fortes no mercado internacional, como o dólar e o euro.

Balança de Mercadorias, 2005 - 2010						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	8 093	8 455	7 734	12 899	8 491	16 395
das quais café	7 630	7 999	x	12 632	8 291	x
Re-exportações	35 358	52 231	11 445	36 307	26 021	25 265
Total Exportações	43 451	60 685	19 179	49 206	34 512	41 660
Importações de Mercadorias	100 583	98 304	131 680	214 792	237 351	246 311
Outras Importações	8 551	19 176	55 095	53 792	57 745	51 780
Total Importações	109 134	117 480	186 775	268 584	295 096	298 091
Balança Comercial	-65 683	-56 795	-167 596	-219 378	-260 584	-256 431

Composição das Importações, 2010	
Importações de Mercadorias, das quais:	246 311
Veículos, outros tratores, ciclos, material circulante e peças e acessórios	55 263
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação	41 151
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e peças mecânicas	23 742
Máquinas, aparelhos, equipamentos e suas partes de gravação ou reprodução (TV, etc.)	23 404
Cereais	14 123
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	12 197
Ferro ou artigos de aço	11 121
Sal, enxofre, terras, pedras, gesso cal e cimento	7 046
Carnes e miudezas, comestíveis	5 116
Preparação de cereais de amido, farinha ou leite: pastelaria	4 694
Outras importações	81 780
TOTAL importações	298 091

Tabela 4 – Balança Comercial (2005-2010) e Composição das Importações (2010), Timor-Leste. Fonte: Direção Nacional de Estatística. Valores em 103 USD. Timor Leste em números, 2010

1.5) Câmbio

Se pensarmos que a unidade monetária varia de país para país, percebe-se que não podemos pagar na nossa moeda os bens que compramos a fornecedores não Timorenses. Nesse caso, os pagamentos internacionais são feitos em libras, dólares, ienes, euros, etc. Para podermos pagar na moeda de cada país, tem de ser possível trocar a nossa moeda por qualquer uma das outras. O câmbio indica a relação de troca entre as diversas moedas nacionais, permitindo o estabelecimento e desenvolvimento do comércio entre os países. A taxa de câmbio indica com precisão a quantidade de uma determinada moeda que é necessário entregar para comprar uma unidade de outra. Esta relação de troca está dependente de fatores como o processo inflacionista ou a política de desvalorização da moeda.

A inflação contribui para a depreciação do valor de troca da moeda. Quando a taxa de câmbio de uma moeda desce, dizemos que se verificou uma desvalorização ou depreciação da moeda. Nesta situação, a moeda nacional passa, em termos internacionais, a ter menos valor, porque a mesma quantidade de moeda permite comprar no estrangeiro menos bens que anteriormente. Quando o movimento é no sentido de aumento da taxa de câmbio dessa moeda, dizemos que se verificou uma valorização ou apreciação da moeda, e, nessa situação, a moeda ganha valor, em termos internacionais, porque a mesma quantidade de moeda permite comprar mais bens que anteriormente.

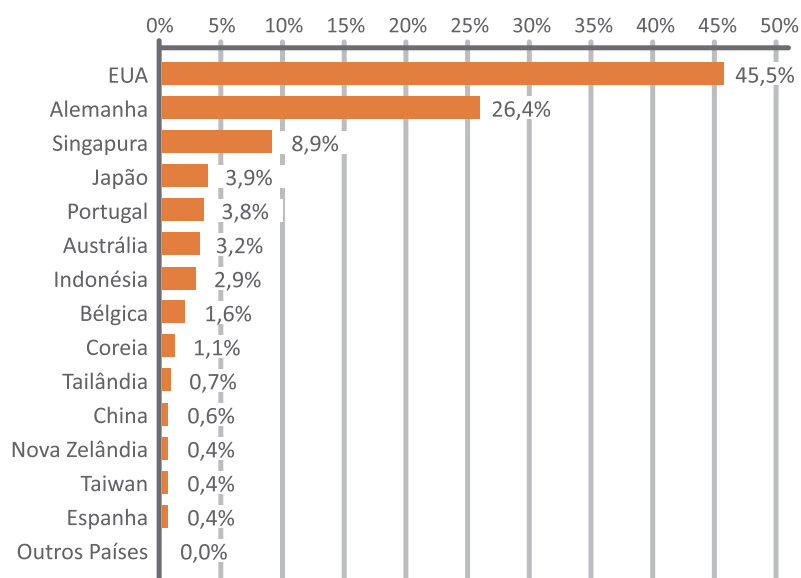


Figura 14 – Principais países de destino de café de Timor-Leste.

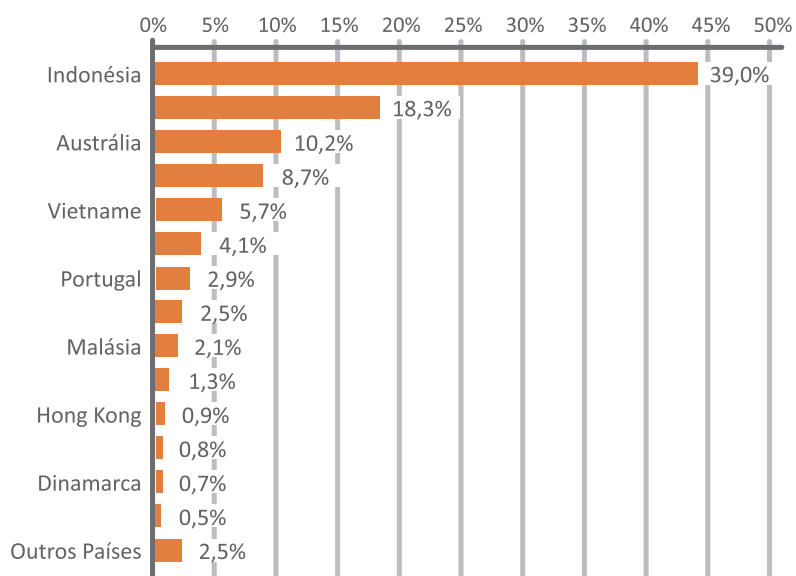


Figura 15 – Principais países fornecedores de café a Timor-Leste.

A política de desvalorização da moeda é uma estratégia adotada para tornar os bens e serviços exportados mais competitivos no mercado internacional, pois permite tornar as exportações mais baratas. No contexto do comércio externo, esta desvalorização da moeda é muitas vezes criticada por ser uma forma de protecionismo pois ao tornar a moeda mais barata, um país protege a sua produção da concorrência de outros países.

Ao alterar unilateralmente a taxa de câmbio, ou seja, a desvalorizar, isso faz com que seja necessária mais moeda para obter a mesma quantidade de importações, o que faz diminuir as mesmas. Ao mesmo tempo é necessário menos dinheiro para o importador estrangeiro comprar a mesma quantidade das nossas exportações, incentivando as mesmas. Como torna as exportações mais baratas e encarece as importações, um país usa esta estratégia para amortecer um pouco as suas dívidas com o exterior.

2) Balança de Serviços

Outra componente da Balança de Pagamentos é a Balança de Serviços onde se registam as transações relativas à prestação de serviços entre residentes e não residentes. Esta balança engloba os serviços, como as viagens e turismo, os transportes, seguros, direitos de utilização como os direitos de autor, serviços de intermediação financeira, comunicações, etc.

$$\text{Balança de Serviços} = \text{Turismo} + \text{Transporte} + \text{Seguros} + \text{Outros Serviços} + \text{Operações Governamentais} + \text{Serviços de Intermediação Financeira} + \text{etc.}$$

Vejamos alguns exemplos de serviços que são registados na nossa Balança de Serviços:

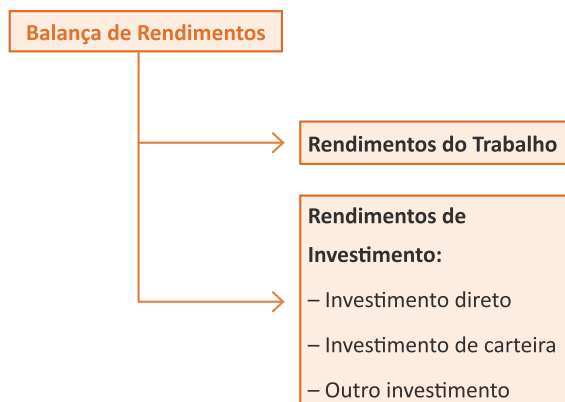
- Turismo: os serviços de turismo prestados a estrangeiros que visitam Timor Leste originam movimentos de entrada de divisas, assim como, o turismo efetuado pelos timorenses no estrangeiro dá origem à saída de divisas;
- Transportes: o transporte internacional de mercadorias pode ser efetuado quer por empresas nacionais quer por empresas estrangeiras havendo por isso entrada e saída de divisas;
- Seguros: os seguros podem ser efetuados quer por empresas nacionais quer por empresas estrangeiras, originando entrada e saída de divisas;
- Outros Serviços: podemos incluir aqui as remunerações de artistas estrangeiros que atuam em Timor Leste dando origem a saída de divisas, ou contrariamente quando são os nossos artistas a atuar no estrangeiro;
- Operações governamentais: compreendem serviços prestados por organismos governamentais que originam entradas e saídas de divisas dependendo do tipo de serviços prestados.
- Serviços de Intermediação Financeira: como as operações comerciais se processam através das instituições financeiras, cujos serviços prestados também precisam de ser remunerados, vai originar entrada e saída de divisas.

3) Balança de Rendimentos

Também a Balança de Rendimentos faz parte da Balança Corrente, mas nesta registam-se as entradas e saídas de fluxos monetários com respeito a rendimentos de trabalho e de investimento.

$$\text{Balança de Rendimentos} = \text{Rendimentos de Trabalho} + \text{Rendimentos de Investimento}$$

Normalmente, os rendimentos do trabalho apresentam um valor baixo, mas os de investimento um valor mais elevado. Como há necessidade de investimento, isso faz com que os investidores públicos ou privados recorram ao crédito. Este crédito é em algumas economias a principal fonte de financiamento. Como o mesmo é obtido muitas vezes junto de países do Resto do Mundo, a estes passamos a dever os rendimentos desse capital.



4) Balança de Transações Correntes

Entre um país e o Resto do Mundo também ocorrem transações que não têm contrapartida real, ou seja, que não resultam de qualquer pagamento ou recebimento cuja origem foram fatores produtivos (de trabalho e/ou capital), sendo por isso também designadas por transferências unilaterais. Transações referentes a fundos internacionais correntes, dídivas e indenizações de guerra, fluxos financeiros associados à cooperação com outros Estados, remessas de emigrantes, entre outros, são registadas na Balança de Transações (ou Transferências) Correntes.

$$\text{Balança de Transferências Correntes} = \text{Transferências Públicas} + \text{Transferências Privadas}$$

A Balança de Transferências Correntes é, assim, constituída por duas componentes.

- Transferências Públicas – quando envolvem o Estado Timorense
- Transferências Privadas – quando o Estado Timorense não intervém, mesmo que provenientes de outro Estado ou organização estatal (como as remessas enviadas pelos nossos emigrantes e as enviadas pelos imigrantes que trabalham no nosso país ou as transferências entre um Estado estrangeiro e um residente nacional (por exemplo, pensões de reforma recebidas por um ex-emigrante Timorense na Indonésia).

Note-se que a Balança Corrente é o conjunto das quatro balanças anteriormente analisadas. O saldo desta está assim dependente da soma dos saldos das balanças que a compõem, e a análise do seu saldo permite a cada país conhecer a sua situação relativamente ao Resto do Mundo no que respeita a trocas correntes, ou seja, movimentos de entrada e saída de fluxos monetários de mercadorias, serviços, rendimentos do trabalho e investimento, bem como as transferências públicas e privadas.

Para conseguir calcular o saldo da Balança Corrente basta:

$$\text{Balança Corrente} = \text{Balança Mercadorias} + \text{Balança de Serviços} + \text{Balança Rendimentos} + \text{Balança Transferências Correntes}$$

O saldo da balança corrente indica se uma economia está a viver ou não dentro dos limites do seu rendimento. Se o saldo for positivo, então a Poupança Interna é excedentária face às necessidades nacionais e que uma parte dessa poupança se está a dirigir para o exterior. Se o saldo for negativo, então o nível da atividade económica interna está a ser apoiado através da entrada de Poupança Externa. No caso de Timor o saldo da Balança Corrente é positivo como se pode ver na tabela 5 sobre a Balança de Pagamentos de Timor-Leste, sendo a Balança de Rendimentos aquela que mais contribui para esse saldo.

Balança de Pagamentos, 2006 - 2009				
	2006	2007	2008	2009
I. Balança Corrente	540 954	1 177 204	2 023 141	1 363 175
Balança Corrente excluindo outros rendimentos primários	-70 915	-81 289	-261 064	-297 013
A. Bens e Serviços	-289 383	-431 765	-740 593	-881 160
1. Bens, f.o.b.	-91 352	-169 017	-296 877	-375 711
Exportações, f.o.b.	9 253	6 648	14 061	9 227
Importações, f.o.b.	-100 605	-175 665	-310 938	-384 938
2. Serviços	-198 031	-262 748	-443 716	-505 449
Exportações	34 090	62 511	44 083	46 694
Transportes	252	243	439	501
Viagens	20 309	26 236	13 990	17 952
Outros serviços, incluindo operações governamentais	13 529	36 032	29 654	28 241
Importações	-232 121	-325 259	-487 799	-552 143
Transportes	-9 735	-20 393	-18 890	-21 027
Viagens	-1 646	-2 599	-36 247	-39 837
Outros serviços, incluindo operações governamentais	-220 740	-302 268	-432 661	-491 279
B. Rendimentos	645 176	1 330 868	2 407 197	1 845 731
1. Rendimentos de Trabalho	3 301	9 983	10 507	17 685
2. Rendimentos de Investimento	30 007	62 392	112 485	167 858
3. Outros Rendimentos Primários (da JPDA), crédito	611 869	1 258 493	2 284 205	1 660 188
C. Transferências Correntes	185 160	278 101	356 537	398 604
II. Balança de Capital e Balança Financeira, excluindo Reservas	-607 550	-1 021 739	-2 040 840	-1 263 155
A. Balança de Capital	41 592	32 217	17 231	27 334
B. Balança Financeira	-649 142	-1 053 956	-2 058 071	-1 290 489
1. Investimento direto em Timor-Leste	8 478	8 695	39 482	30 445
2. Investimento de carteira/Ativos	-636 678	-1 012 079	-2 003 124	-1 325 146
3. Outro Investimento	-20 942	-50 573	-94 430	4 212
3.1 Ativos	-5 630	-56 514	-100 310	1 579
3.2 Passivos	-15 313	5 942	5 881	2 633
III. Erros e Omissões	-2 948	-8 948	-2 152	-60 525

Tabela 5 – Balança de Pagamentos em Timor-Leste, 2006-2009. Fonte: ABP – Autoridade Bancária e de Pagamentos. Valores em 103 USD.

Balança Capital

As relações económicas entre um país e o resto da Comunidade Internacional não se limitam ao movimento corrente de importação de bens e serviços, às transferências privadas e unilaterais de capitais ou ao rendimento de capitais (juros, lucros, rendas e amortizações). Logo, é necessário ter também em conta os movimentos monetários relativos a participações do próprio capital em empresas, a empréstimos contraídos ou concedidos, etc., isto é, os movimentos internacionais de capitais destinados à produção.

É na Balança de Capital que se registam os fluxos não correntes de capitais entre um país e o Resto do Mundo (como no caso das transferências correntes que se registam na Balança Corrente) e que não são fonte de financiamento da atividade económica (pois o investimento direto estrangeiro regista-se na Balança Financeira).

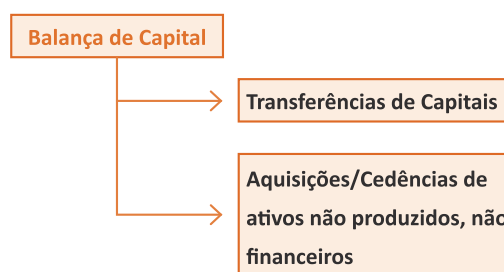
São exemplos de registos na Balança de Capital os recebimentos de capital estrangeiro ou os fluxos associados a cooperação entre Estados, a compra e venda de patentes, licenças, copyrights, franchises, marcas (os ativos intangíveis) e as aquisições de terrenos por embaixadas (os ativos tangíveis). Ou seja, regista os movimentos de capitais que se destinam a ser aplicados na atividade produtiva.

O saldo conjunto da Balança Corrente e da Balança de Capital permite verificar se o país se encontra numa situação devedora ou credora em relação ao Resto do Mundo, pois representa a capacidade ou necessidade de financiamento de um país.

Saldo Conjunto da Balança Corrente e da Balança de Capital = Capacidade ou Necessidade de Financiamento

Logo, se o saldo da Balança Corrente + Balança de Capital for um:

Saldo Negativo ⇒	Necessidade líquida de financiamento externo
Saldo Positivo ⇒	Capacidade líquida de financiamento externo



Sendo o saldo conjunto negativo, o país encontra-se a viver acima das suas possibilidades, ou seja, a economia está a viver acima dos seus recursos pois consome e investe mais do que o que produz. Assim, para continuar a financiar esse excesso precisa de recorrer ao exterior. No caso de Timor-Leste (ver tabela 5) o saldo conjunto das duas balanças é positivo. Podemos então afirmar que a economia produz mais do que o que consome ou investe e pode neste caso financiar outras economias com essa poupança.

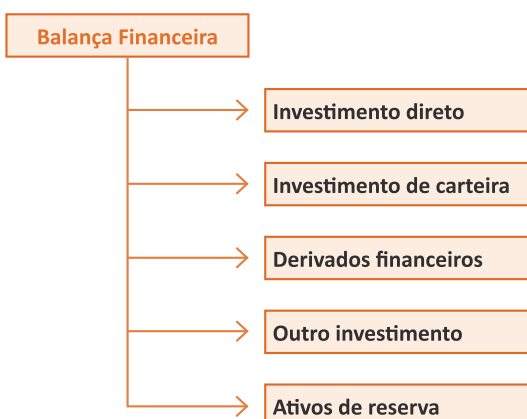
Balança Financeira

A Balança Financeira é outra das componentes da Balança de Pagamentos, onde se registam os movimentos de fluxos financeiros de operações de investimento entre um país e o Resto do Mundo, nomeadamente o investimento direto estrangeiro (IDE) ou outros fluxos financeiros.

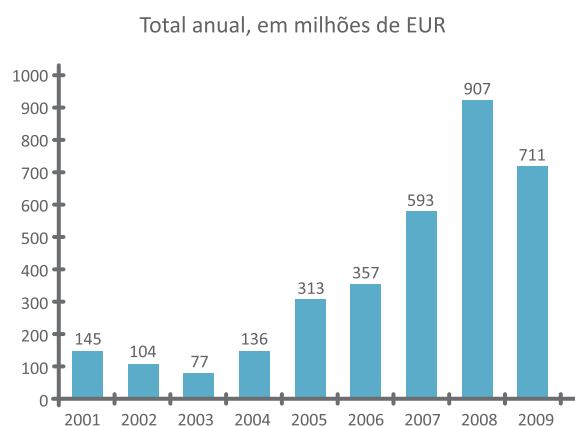
Esta Balança comporta cinco rubricas: 1) Investimento direto: incluindo as transações de empresas efetuadas entre residentes e não residentes como a aquisição de uma empresa estrangeira por um Timorense; 2) Investimento em carteira: compra e venda de produtos financeiros entre residentes e não residentes num país; 3) Outro investimento: depósitos bancários e empréstimos realizados entre agentes económicos de países distintos; 4) Derivados financeiros: compra e venda por parte de residentes e não residentes de produtos financeiros cotados na Bolsa de Derivados de um país; 5) Ativos de reserva: transações de moeda estrangeira efetuadas por autoridades monetárias e que, como consequência, fazem variar as reservas.

O Investimento Direto Estrangeiro

Este IDE desempenha um papel importante para o nosso desenvolvimento e daí termos de lhe dar particular atenção. Aqui registam-se as entradas e saídas de fluxos financeiros correspondentes, respetivamente, a investimento estrangeiro feito em Timor e o investimento feito no estrangeiro por timorenses. Num país com uma economia aberta ao exterior, o IDE é fundamental para o seu crescimento e de extremo dinamismo económico. Timor-Leste investe em países do Resto do Mundo e vice-versa. A preferência dos investidores timorenses é justificada pela existência de condições económicas e sociais favoráveis nos outros países.



Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste



Fonte: Banco de Portugal

Figura 16 – Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste.

Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste

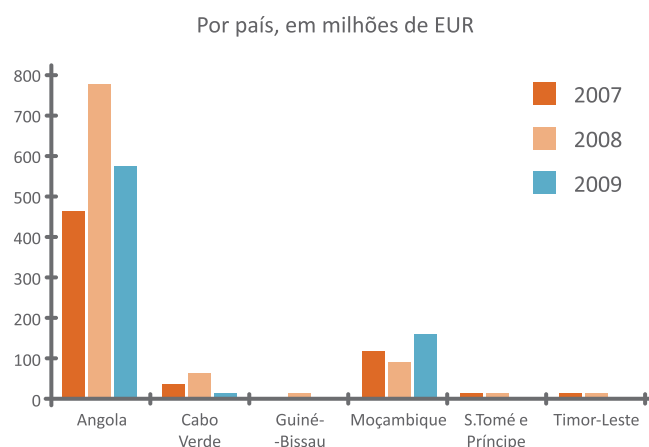


Figura 17 – Investimento Português nos PALOP e em Timor-Leste.

São muitos os fatores que atraem o investimento estrangeiro, quer estejamos a falar de movimentos de entrada ou de saída. São exemplos de fatores relacionados com o trabalho: a mão-de-obra disponível, adaptável e qualificada, a existência de salários baixos e uma atividade sindical moderada. Relativamente a fatores políticos podemos enunciar: a estabilidade política, a legislação laboral flexível, a existência de políticas específicas para IDE, a facilidade e rapidez de instalação e a facilidade de repatriamento dos lucros. Por último, podemos falar de fatores relacionados com as características do próprio país: recursos naturais abundantes e/ou baratos, boas infra-estruturas e até a boa localização geográfica.

Outros Investimentos

Apesar do nome, estes constituem a principal fonte de entrada líquida de fundos. Aqui registam-se os investimentos feitos através das instituições financeiras monetárias ou não, tais como depósitos, empréstimos e aplicações financeiras em títulos diversos.

$$\text{Saldo da Balança Financeira} = \text{Capacidade ou Necessidade de Financiamento}$$

Também o saldo da Balança Financeira transmite informação sobre a necessidade (se o saldo é positivo – significa que a economia tem necessidade líquida de financiamento externo, pois este saldo positivo permite acumular ouro e divisas que podem ser usadas no futuro para a melhoria das condições económicas e sociais da população) ou capacidade (se o saldo for negativo – significa que a economia tem capacidade líquida de financiamento externo) de financiamento externo de uma economia.

Concluindo...

Como a Balança de Pagamentos tem de estar sempre equilibrada, isto é, o seu saldo tem de ser zero, é preciso haver sempre um registo secundário que equilibre os diferentes movimentos que ocorrem. Por exemplo, se um país através do seu banco nacional central emprestar dinheiro ao estrangeiro, para além do registo a débito (pois saiu dinheiro do país) vai haver um registo a crédito (de sinal contrário) a favor do banco que é registado na Balança Financeira. O método das partidas dobradas de que falamos anteriormente.

Mas se o saldo final da Balança de Pagamentos é nulo, o das diferentes balanças que a compõem não vai ser, e é nestas que vamos procurar a informação que precisamos para avaliar as nossas relações económicas com o Resto do Mundo. Assim, se o saldo da Balança Financeira for negativo, então, o saldo conjunto da Balança Corrente e de Capital será positivo e de igual valor. O mesmo se passará quando o saldo da Balança Financeira for positivo.

Será que uma economia com um saldo negativo na Balança de Mercadorias ou de Serviços está dependente do exterior? Olhar só para o saldo não permite retirar conclusões 100% seguras. Supondo uma economia próspera com uma Balança de Mercadorias negativa. A causa pode estar na importação de petróleo que sofreu uma desvalorização, o que acaba por desequilibrar as contas com o Resto do Mundo. Por outro lado, um país pode ter uma Balança Corrente positiva devido às remessas de emigrantes, o que não é um bom indicador de desenvolvimento. Podemos ainda ter uma Balança Financeira negativa e isso pode significar capacidade de investimento no estrangeiro. Logo, apesar do saldo das balanças intermédias ser negativo ou positivo não nos permite concluir com segurança se a economia está no bom caminho para o desenvolvimento. É preciso para isso analisar a natureza e o valor dos diferentes fluxos que são registados.



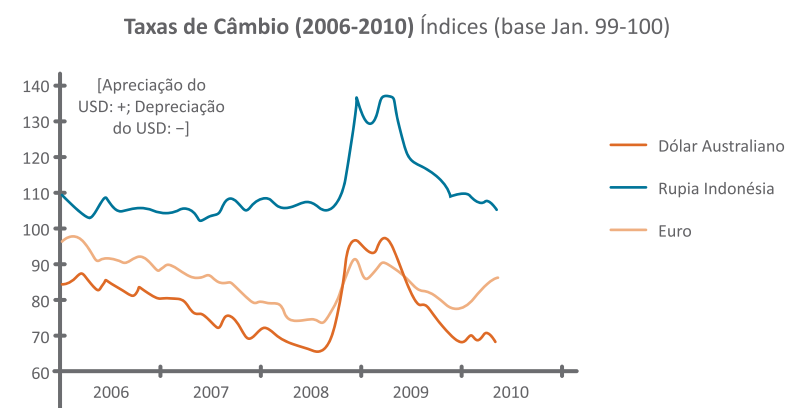
Tarefa 15:

1. Como se justifica a intensificação nas relações ocorridas entre países nos últimos anos?
2. Distingue comércio interno de comércio internacional.
3. Distingue importações de exportações.
4. O que se entende por divisas? E por câmbio?
5. Por que razão se procede ao registo das operações económicas internacionais?
6. Identifica os documentos principais onde se registam as operações económicas internacionais.
7. Supõe que conheces as contas constantes no quadro abaixo sobre o comércio externo do país X, referentes a 2010, em milhares de dólares:

Balança de...	Débitos	Créditos
Mercadorias	3 267 573	2 334 576
Serviços	560 987	765 432
Rendimentos de capitais	213 653	128 356
Transferências Unilaterais	157 890	976 524
Capitais Estáveis	876 540	1 245 987

- a) Determina os saldos da Balança Comercial, da Balança de Transações Correntes, da Balança de Capitais e da Balança de Pagamentos.
 - b) Identifica a natureza de cada saldo obtido na alínea anterior.
 - c) Determina a taxa de cobertura para esta economia, relacionando o seu valor com o do saldo da Balança Comercial obtido. O que podes concluir?
 - d) Sabendo que o PIB a preços de mercado da economia do país X tinha sido de 7 654 895 milhões de dólares, determina o peso do comércio externo interpretando o valor da percentagem obtida.
8. Identifica se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas corrigindo as falsas.
- a) Um país detém uma vantagem absoluta na produção de um bem quando a sua elevada produtividade lhe permite produzir esse bem ao menor custo possível.
 - b) O peso do comércio externo de um país traduz a evolução das exportações desse país ao longo do tempo.
 - c) A taxa de cobertura de um país é inferior a 100% quando o valor das suas importações é inferior ao valor das suas exportações.
 - d) A Balança Corrente engloba as vendas de mercadorias ao estrangeiro.
 - e) O preço que se paga, em moeda nacional, pela aquisição de uma unidade de moeda estrangeira denomina-se taxa de juro.
 - f) Na Balança de Serviços registam-se, entre outros, os fluxos relativos a seguros, transportes e direitos de utilização.
 - g) Na Balança de Rendimentos englobam-se os rendimentos das Instituições Financeiras.

- h) Uma desvalorização monetária faz diminuir as exportações e aumentar as importações.
 - i) Diz-se que há necessidade líquida de financiamento externo quando o saldo conjunto das balanças Corrente e de Capital é negativo.
 - j) A Balança Comercial engloba os investimentos das empresas nacionais no estrangeiro.
 - k) Uma taxa de cobertura inferior a 100% indica que o saldo da Balança de Mercadorias é positivo.
9. Define taxa de câmbio.



Fonte: FMI e Banco de Portugal

Figura 18 – Taxas de Câmbio (2006-2010).

Tarefa 16:

Procura verificar qual o valor da taxa de câmbio entre Timor e os Estados Unidos neste dia. Comenta sobre possíveis aumentos e diminuições da mesma e as repercussões que isso terá sobre o volume de importações e exportações Timorenses.

Resumindo:

$$\text{Balança de Pagamentos} = \text{Balança Corrente} + \text{Balança Capital} + \text{Balança Financeira}$$

Onde,

$$\text{Balança Corrente} = \text{Balança de Mercadorias} + \text{Balança de Serviços} + \text{Balança de Rendimentos} + \text{Balança de Transferências Correntes}$$

5.3 As Políticas Comerciais e a Organização Mundial do Comércio

Se um grau de abertura ao exterior superior corresponde a um crescimento económico mais elevado por que razões alguns países ainda aplicam medidas ao protecionismo? Apesar de estarem bem reconhecidas as vantagens do comércio internacional no desenvolvimento económico do mundo, ainda hoje persiste uma questão que tem preocupado a política económica: deve ou não um país proteger a sua produção interna da concorrência das importações, através de barreiras ao comércio externo?

As opiniões dividem-se:

- Os economistas tenderão a dizer que não. Eles estudaram que o comércio internacional promove a divisão internacional do trabalho e que o comércio livre permite a cada país expandir as suas possibilidades de produção e de consumo, e conseqüentemente, aumentar o nível de vida mundial.
- Já os industriais e governantes contestam esta posição, argumentando que devem proteger as indústrias contra a concorrência estrangeira. Sobretudo as indústrias novas, que se não forem protegidas, não conseguirão sobreviver à concorrência das indústrias estrangeiras mais antigas.

Vejamos então algumas conseqüências, vantagens e desvantagens destas medidas protecionistas da produção nacional, também designadas por instrumentos de política comercial.

As Políticas Comerciais

Cada país pode relacionar-se comercialmente com os outros de acordo com dois modelos típicos: o livre comércio (ou livre cambismo) e o protecionismo. O comércio evolui quer em termos temporais como espaciais e estes dois diferentes modelos têm sido adotados ou defendidos pela generalidade dos países em momentos diferentes do tempo, ou seja, de acordo com a fase de desenvolvimento económico em que os mesmos se encontravam.

Estas duas políticas comerciais são opostas, dado que o livre cambismo defende as trocas livres (sem entraves) entre países mas o protecionismo, que embora defendendo o comércio entre países, entende que o comércio deve ser feito de forma criteriosa e sujeito a restrições (como forma de proteger a economia nacional).

O Protecionismo

A política económica do protecionismo defende o comércio mas protegendo a economia nacional, o que acaba por penalizar as outras economias com as quais se realiza comércio. Aqui são adotadas medidas que levam a que esse comércio se processe de forma distorcida (viciando a concorrência) pois o consumidor nacional é levado a optar por produtos nacionais.

O protecionismo não deve ser confundido com a autarcia. Em autarcia o país isola-se propositadamente e tenta-se desenvolver sem articulação ou relações comerciais com outras economias. Por isso se diz que a autarcia é um caso extremo de protecionismo.

Instrumentos do Protecionismo

Vamos agora ver alguns instrumentos de protecionismo que podem ser adotados. O mais comum são a existência de barreiras alfandegárias que consistem em entraves ou barreiras às importações, que são levantados nas alfândegas ou fronteiras entre países. Existem vários tipos de barreiras, tais como as tarifárias e as não tarifárias. As barreiras tarifárias consistem em tarifas (custos) ou taxas alfandegárias que incidem sobre as importações, como por exemplo os direitos aduaneiros que se somam ao preço dos bens importados fazendo com que os mesmos fiquem mais caros e menos competitivos em relação aos nacionais. Isto diminui o consumo de bens importados, mas expande a produção nacional. Como exemplo de barreiras não tarifárias temos a contingentaço, onde se fixam contingentes (fixaço de valores máximos autorizados de quantidade) de importaço. Logo, a primeira incide sobre o preço e a segunda sobre a quantidade.

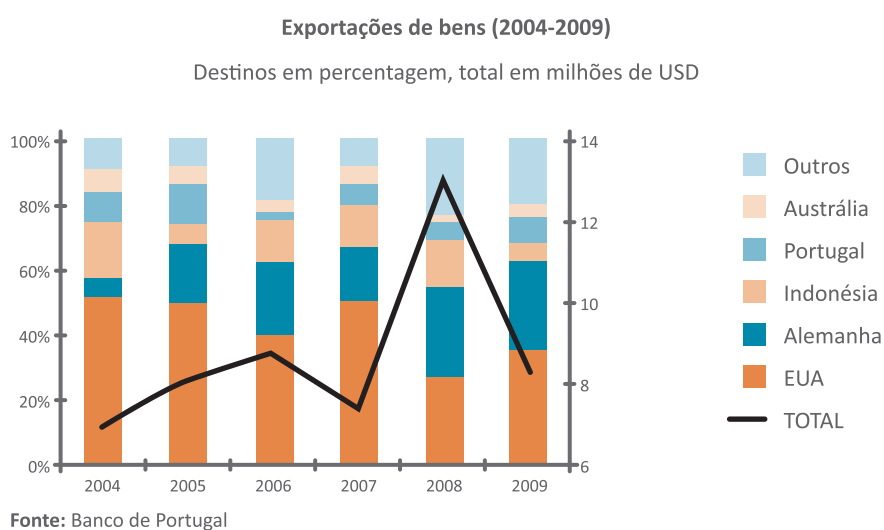


Figura 19 – Exportações de bens (2004-2009).

Ao recorrermos à contingentaço estamos a defender de forma severa os produtos nacionais pois impedimos simplesmente que se importe mais do que uma determinada quantidade de bens. Um exemplo desta medida de protecionismo, que é a contingentaço, é o sistema de quotas. Mais radical ainda será o embargo comercial, onde é simplesmente proibida a entrada de um bem.

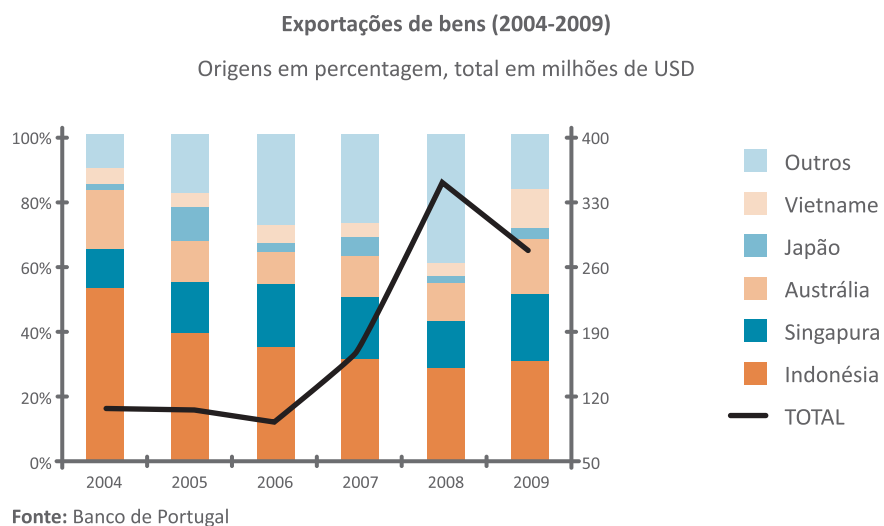


Figura 20 – Exportações de bens (2004-2009).

Mas há outras formas de protecionismo que atuam por via das exportações sendo ainda menos “transparentes”, impedindo um verdadeiro comércio livre, como os subsídios à exportação, o dumping e a desvalorização da moeda.

Ao subsidiar as exportações um país consegue tornar as mesmas artificialmente mais baratas, sendo que estes bens vão concorrer de forma desleal com os dos outros países. Outra forma incorreta de concorrer no mercado externo é através do dumping, onde se vende os bens a preços inferiores aos que são praticados no mercado interno, ou seja, abaixo do seu custo de produção, mas permite eliminar concorrentes e conquistar quota em novos mercados. Já a desvalorização da moeda permite tornar as importações mais caras. Ao desvalorizar a moeda nacional, estamos a tornar as outras moedas mais caras, e logo mais caros serão os bens importados que são pagos na moeda do país vendedor.

Vantagens e Inconvenientes do Protecionismo

Existem determinados momentos em que as medidas de protecionismo podem ser justificadas. Por exemplo, no caso das “indústrias nascentes” que por terem sido criadas à relativamente pouco tempo não conseguem beneficiar de experiência, qualidade e economias de escala, para além de ainda serem pouco competitivas.

Todavia, este protecionismo deve funcionar de forma temporária e ser exclusivo deste tipo de indústrias em termos de competitividade internacional. Logo que se justifique, como por exemplo a necessidade de criar novos postos de trabalho, deverá ser abandonado.

A experiência tem demonstrado que o protecionismo pode ter efeitos perversos e em vez de tornar as indústrias novas mais sólidas e competitivas acaba por se voltar contra esse desenvolvimento. Isto ocorre se o empresário protegido se decide acomodar aos lucros fáceis (como é inexistente a concorrência) e não toma as medidas necessárias para se desenvolver e adaptar à posterior concorrência. Assim, o protecionismo pode ser um entrave ao investimento para tornar as indústrias mais competitivas, levando a que a economia não se adapte à concorrência externa.

O livre-cambismo ou comércio livre

A Teoria das Vantagens Absolutas surgiu com Adam Smith (1776) que defendia que cada país deveria produzir e exportar os bens para os quais fosse mais dotado (melhor que os outros todos), libertando os outros países da produção dos mesmos (e para os quais não tinham tanta capacidade). Surge também assim a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que acabava por beneficiar todos. Se cada país se especializar, isso leva à produção de bens mais baratos e de qualidade superior, o que se traduz num aumento do comércio e da produção mundial.

Só em 1817, é que David Ricardo (também ele economista da Escola Clássica) apresentou a Teoria das Vantagens Comparativas ou Relativas. Mesmo reconhecendo que pode haver países que não têm uma vocação específica para a produção de nenhum bem, Ricardo defendia que é possível e vantajosa a troca entre países com base na especialização do bem para o qual cada um dos países apresente vantagem relativa ou competitiva. Assim, mesmo que alguns países sejam em absoluto mais ou menos eficientes que outro país, cada um terá uma vantagem comparativa nalguns bens e uma desvantagem comparativa noutros (não será de todo absoluto na produção de um bem, mas é certamente mais eficiente que os outros).

A Organização Mundial do Comércio

A Organização Mundial do Comércio é, atualmente, a organização com mais responsabilidades na regulamentação do comércio a nível mundial. Esta organização zela pelo respeito dos acordos comerciais internacionais e pela resolução dos diferendos que possam surgir nesse domínio.

Por iniciativa dos EUA, e logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, em 1947 foi assinado um acordo (GATT) entre 23 países com uma economia de mercado, que em conjunto representavam 80% do comércio mundial. Esta ideia surge com o reconhecimento de que só um comércio sem entraves funciona como motor do desenvolvimento.

Em 1948, o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade* - GATT) entrou em vigor, cujo objetivo principal era estabelecer as bases para a criação de uma organização internacional de comércio que defendesse o desenvolvimento do comércio livre entre os 23 (fundamental para tirar partido das vantagens já conhecidas sobre a liberalização das trocas que fora interrompida entre as duas grandes guerras). Havendo também quem o considerasse, o GATT não era um organismo da ONU, mas tão-somente um acordo multilateral entre países sobre um conjunto de normas comerciais internacionais, criado por não existir uma agência especializada nessa matéria.

Em termos gerais, só a partir do GATT é que o comércio internacional aumentou, mas nem todos os países beneficiaram de igual modo das suas vantagens. Aqueles que mais ganharam foram os países desenvolvidos cujas trocas comerciais aumentaram e assim beneficiaram de um período longo de crescimento económico.

No âmbito do GATT foram criados alguns princípios para a liberalização do comércio, dos quais se destacam o princípio da não-discriminação, o da consolidação e o das negociações comerciais multilaterais. Pelo princípio da não-discriminação, um país não pode discriminar outros em termos de diferenciação de direitos aduaneiros, ou seja, todos os países devem adotar o mesmo regime aduaneiro em relação ao mesmo produto. Para além disto o país é proibido de subsidiar as suas exportações e não pode prejudicar as importações de terceiros com a imposição de direitos aduaneiros.

O princípio da consolidação diz-nos que se as vantagens já foram negociadas, estas não podem ser anuladas e deve-se progredir sempre no sentido de uma maior liberalização. Já o princípio das negociações comerciais multilaterais estabelece que os países signatários devem, através das negociações internacionais (“rounds”) fixar acordos sobre barreiras alfandegárias. Mas se existirem dificuldades relativas à Balança de Pagamentos, se os interesses dos produtores nacionais fossem prejudicados, por motivos de saúde pública ou segurança, então o país poderia limitar as suas importações, ou seja, há exceções à liberalização com este princípio.

Com a última ronda de negociações do GATT (“Uruguay Round” – 1986-1994) criou-se a Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. Esta é a única e verdadeira organização internacional cujo objetivo é regular o comércio entre países-membros através de acordos negociados, subscritos e ratificados pelos parlamentos da maioria das grandes potências mundiais (o objetivo da Carta de Havana era criar um sistema comercial internacional integrado, eficaz e sólido). Em 2003, a OMC era já composta por 146 países-membros, representando 97% do comércio mundial. A sua sede fica em Genebra, na Suíça.

Objetivos Principais da OMC	Funções da OMC
<ul style="list-style-type: none"> • Criar a harmonia, a liberdade, a equidade e a previsibilidade das trocas entre os países-membros. • Aumentar as trocas internacionais. • Estimular o crescimento económico e o emprego, tendo em conta o desenvolvimento. • Promover a participação dos países menos desenvolvidos no comércio internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir os Acordos Comerciais da OMC. • Ser referência para as negociações comerciais entre os países. • Regulamentar os diferendos comerciais entre os países. • Acompanhar e controlar as políticas comerciais dos países-membros. • Dar assistência técnica e formação aos países em desenvolvimento. • Cooperar com outras organizações internacionais.

Apesar de o comércio mundial se ter desenvolvido fortemente desde a década de 50, promovendo o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações, é um facto que as disparidades entre países ricos e pobres aumentaram. Isto mostra que a OMC deverá alargar as suas funções ou desenvolver o seu trabalho em conjunto com outras instituições mais preocupadas com as questões sociais e ambientais que o desenvolvimento desigual produziu.



Tarefa 17:

1. Diz o que entendes por OMC.
2. Quais os objetivos principais da OMC?
3. Indica se todos os países têm beneficiado com a criação da OMC. Explica.

WORLD TRADE
ORGANIZATION



Tarefa 18 (consolidação):

1. Indica os diversos tipos de relações Internacionais.
2. Diferencia economias abertas de economias fechadas.
3. Diferencia Vantagem Absoluta de Vantagem Comparativa.
4. Em que medida a Vantagem Comparativa está associada à Divisão Internacional do Trabalho e à Especialização?
5. Explica porque existem Trocas Internacionais.
6. Como justificas que os países possam exportar e importar bens do mesmo género?
7. Relaciona os grandes fluxos de mercadorias e capitais com os fortes movimentos de pessoas.
8. Relaciona a Migração com o chamado “êxodo de cérebros”.
9. Explica como se compatibiliza a necessidade de imigrantes com as taxas de desemprego verificadas nos países de acolhimento.